

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO ALTO RIO NEGRO

Cirlene Batista dos Santos¹

Universidade Federal do Amazonas, cirlenegeografa@gmail.com

Ivani Ferreira de Faria³

Universidade Federal do Amazonas, ivanifaria@ig.com.br

Resumo:

Os povos indígenas têm lutado por experiências alternativas de educação escolar indígena, e estas lutas coincidem com a abertura da democracia, pois a partir das conquistas de 1988, novas experiências são implementadas por organizações indígenas e não indígenas e organizações não governamentais. A discussão sobre a política de educação escolar indígena está tendo uma ênfase muito forte entre os povos indígenas, principalmente entre os povos do Alto Rio Negro, pois os professores, lideranças, representantes de associações e organizações indígenas conhecem o artigo 205 da Constituição e o decreto 686/2009 que trata da Educação Escolar Indígena e sua organização em território Etno educacionais, são conhecedores das leis que a amparam. No entanto, dificuldades ainda são encontradas. A pesquisa foi desenvolvida não apenas na região com a maior pluralidade linguística do país, mas também em duas das maiores terras indígenas já demarcadas no Brasil, compreendendo o terceiro maior município em extensão territorial.

Palavras-Chave: dificuldades. Educação escolar indígena. Alto Rio Negro. leis

Introdução

A população indígena atualmente no Brasil é estimada em aproximadamente 900 mil indígenas (IBGE, 2010) de 305 etnias e 274 idiomas. Representam uma parcela ínfima, comparada com a população do país, hoje em torno de 200 milhões de habitantes.

Os povos indígenas estão presentes nas cinco regiões do Brasil, sendo que a região Norte é aquela que concentra o maior número segundo a Fundação Nacional do Índio- FUNAI são 305.873 mil índios, sendo 37,4% do total.

A região do Alto rio Negro, noroeste da Amazônia é território de 23 povos indígenas pertencentes às famílias linguísticas Tukano Oriental, Japurá-Uuapés (anteriormente denominada Maku), Aruak, Tupi e Yanomami, que perfazem 95% da população e da extensão territorial do município de São Gabriel da Cachoeira (112.000.000 ha). Isso faz dela a região com a maior diversidade linguística do Brasil e do continente americano. Sua população total é de 37.896 habitantes (IBGE, 2010) embora a prefeitura faça uma estimativa atual de 46.000 habitantes, distribuídos em 427 aldeias.

Os povos indígenas têm lutado por experiências alternativas de educação escolar indígena, e estas lutas coincidem com a abertura da democracia, pois a partir das conquistas de 1988, novas experiências são implementadas por organizações indígenas e não indígenas e organizações não governamentais.

Justificativa

Nestas últimas décadas, foram realizados vários encontros, seminários, conferências de educação, semanas pedagógicas e acadêmicas que discutiram uma política educacional para os povos indígenas no Amazonas. Nestes encontros, via de regra, as avaliações davam conta de que a educação oferecida na rede pública municipal, estadual e federal, iniciada, significativamente, com a missão Salesiana na região, sempre teve como princípio a integração do indígena à sociedade nacional sem respeitar as diferenças culturais e linguísticas e a legislação vigente sobre educação indígena ao promover “uma educação de branco com base na cultura do branco para indígenas”. As iniciativas da UFAM, de data bem mais recente, não fugiram à regra, apesar de representar um esforço institucional gigantesco (FARIA 2010).

O resultado manifesto desta filosofia, que traz com ela o elemento centralizador, é que, devido à busca pela escolarização, por novas oportunidades, está havendo um êxodo indígena das suas comunidades para a sede do município, o que está promovendo problemas sociais de toda ordem, além de reforçar o esquecimento da língua materna e sua substituição pelo português, uma vez que todos os cursos têm exclusivamente o português como língua de instrução. Diante desta situação, definiu-se coletivamente que nenhum projeto ou discussão sobre a educação devesse ser promovido pelas diversas instituições de ensino municipal, estadual e federal de forma isolada ou separada, mas que deveria seguir um caminho único, com princípios específicos para atender às necessidades e demandas da diversidade cultural indígena, de acordo com o que postulam as leis que regem a educação indígena desde o ensino fundamental até o superior. (FOIRN 2015). Uma educação escolar que contribua para que os povos indígenas conquistem o pleno desenvolvimento de suas culturas e de suas expressões é, agora, um direito garantido em lei. A Constituição assegura, além do direito ao uso da língua materna, os processos próprios de aprendizagem, possibilitando, assim, projetos

de escolas indígenas diferenciadas, específicas, bilíngues e interculturais. Para que o tratamento dado pelas políticas públicas à questão da educação escolar esteja em consonância com o que as comunidades indígenas, de fato, querem e necessitam.

Por outro lado, a construção e a implementação, de propostas curriculares politicamente relevantes e culturalmente sensíveis requerem, por parte das pessoas diretamente responsáveis por tal tarefa, ou seja, os professores das escolas indígenas, uma análise constante, crítica e informada, das práticas curriculares em andamento em suas escolas. Só uma avaliação contínua da atuação pedagógica pode assegurar que tal atuação esteja sendo capaz de promover, junto aos alunos indígenas, o exercício pleno da cidadania e da interculturalidade, o respeito a suas particularidades linguístico-culturais.

A cidade de São Gabriel da Cachoeira, é conhecida no cenário nacional como exemplo de educação escolar indígena que respeita a legislação e identidade cultural dos povos. Mas na realidade o que tem se observado é um retrocesso das conquistas do movimento indígena para a educação diferenciada pois a formação de professores está sendo padronizada no modelo civilizatório ocidental e as escolas influenciadas para a alfabetização apenas na língua portuguesa e quando constroem seus PPPI diferenciados ficam anos nos conselhos estaduais e municipais de educação para serem aprovados e são alteradas as propostas pedagógicas para que sejam aprovados. Muitas escolas são registradas com o nome de escola indígena, mas todos os procedimentos pedagógicos e metodológicos usados são exógenos a cultura destes. O que é de fato uma escola indígena? Quanto a educação escolar indígena avançou ou retrocedeu? Quais as dificuldades encontradas para a implementação da educação escolar indígena na região após quase 2 décadas de discussão do movimento indígena e das conquistas jurídicas? Estas são perguntas que precisam de respostas. Neste sentido, o objetivo deste é fazer uma análise e compreender as dificuldades na implementação da Educação Escolar Indígena no Alto Rio Negro. Dificuldades estas enfrentadas pelos professores indígenas e quais as políticas públicas voltadas para educação escolar indígena nas comunidades do alto rio Negro.

Os desafios da Educação Escolar Indígena no Alto Rio Negro

O desafio da educação escolar indígena é se propor um sistema de ensino de qualidade e diferenciado, no sentido de atender as especificidades de um povo diferente da sociedade nacional, considerando que seus horizontes de futuro não são os mesmos que os nossos, e não reduzir a questão ao atendimento por meio dos programas de inclusão social dos anseios individuais, ainda que legítimos, de alguns dos estudantes indígenas. LADEIRA (2004)

Atualmente o município de São Gabriel da Cachoeira possui 230 escolas do ensino infantil e educação Jovens e adultos e ensino médio, e 4 escolas na sede do município.

Em 2004 a SEMEC deu início a educação escolar indígenas, contratou assessores pedagógicos indígenas para atuarem nas escolas, no entanto por questões políticas foi paralisado. Em 2015 houve o resgate da educação escolar indígena para ser aplicada e dar continuidade, os assessores pedagógicos foram novamente contratados para acompanhar as escolas indígenas.

Segundo a secretária da SEMEC Socorro Borges um dos objetivos da secretaria é descobrir as deficiências atuais da Educação Escolar indígena, os entraves, onde está a dificuldade, pois os professores conhecem a educação escolar indígena, mas não querem trabalhar de acordo, pois a maioria dos professores tem formação em disciplinas, e estes não querem fazer pesquisa ou trabalhar de maneira diferenciada.

Um dos entraves encontrados é que muitas lideranças das comunidades acham que a educação escolar indígena é um retrocesso e não querem que seus filhos estudem na língua, seja Nheengatu, Tukano e Baniwa, os mesmos acreditam que os filhos devem aprender o conhecimento do branco as línguas que o branco estude como o inglês e o espanhol.

As escolas indígenas têm gestores próprios e todos os professores são indígenas. No entanto, muitos desses professores não dão importância devida a educação escolar indígena e isso tem dificultado o avanço da política de educação diferenciada, que tem por objetivo valorizar os conhecimentos tradicionais e fazer com que as crianças aprendam os conhecimentos científicos, fortalecendo suas identidades culturais.

Segundo Rezende (2015) a implementação de projetos de escolas diferenciadas sempre tem sido um problema que ainda está longe de ser resolvido. Ainda existe falta de apoio político pedagógico. Muitas escolas ainda não possuem seu próprio Projeto Político Pedagógico, e a escola que possuem quando chegam na secretaria municipal de educação são engavetados.

Segundo relatos de professores, os pedagogos e gestores sabem e conhecem o que é Educação Escolar Indígena, no entanto segundo relatos de alguns professores, os gestores e pedagogos acreditam que a educação escolar indígena não é suficiente para os alunos, acreditam que esta tem que estar dividida separada da educação oferecida pelo sistema.

Conclusão

A Educação indígena é aquela onde o conhecimento é repassado de pai para filho, ou seja, todos os conhecimentos tradicionais são repassados de forma oral e através de práticas de acordo com a realidade cultural de cada família, clã ou seu povo.

A educação escolar indígena é o modelo de educação escolar assumida pelos próprios indígenas, com espaços e estruturas físicas apropriadas, com educadores e professores conhecedores de sua cultura, falantes da língua do seu povo da comunidade para melhor repassar aos alunos indígenas os conhecimentos tradicionais da própria cultura, é o espaço onde todos buscam construir uma nova política educacional, ao mesmo tempo aprendem os conhecimentos dos não indígenas junto com os conhecimentos tradicionais.

A educação escolar Indígena já foi implantada na região há alguns anos, no entanto, ela precisa de apoio do poder público para que o ensino seja de qualidade.

É necessário propor mudanças nos sistemas educacionais no Rio Negro aplicando o ensino bilíngue, escrevendo histórias da região, produzindo material didático a partir dos trabalhos feitos com alunos. Muito se ouve falar em políticas de reconhecimento, no entanto o que se observa em relação a Educação escolar indígena é que ainda faltam políticas para o reconhecimento de reconhecimento do diferente e da diversidade.

É preciso que os sistemas educacionais estaduais e municipais considerem a grande diversidade cultural e étnica dos povos indígenas no Brasil e revejam seus

instrumentos jurídicos e burocráticos, uma vez que tais instrumentos foram instituídos para uma sociedade que sempre se representou como homogênea. É preciso que os Conselhos Estaduais de Educação, os técnicos de Secretarias, estaduais e municipais, conheçam as especificidades da Educação Escolar Indígena, e as considerem em suas tomadas de decisão.

Referências.

BORGES, Maria do Socorro, entrevista de campo 2015.

FARIA, Ivani Ferreira de. Licenciatura **indígena, políticas educacionais e desenvolvimento sustentável no Alto Rio Negro/am**. Amazônia e cenários Indígenas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/> acessado em 15/05/2016.

LADEIRA, Maria Elisa. **Desafios de uma política para Educação escolar indígena**. In: Revista de Estudos e Pesquisa. FUNAI, Brasília, v.1,n.2, p.141-155.2004

Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN)

Lei nº 065, de 11 de outubro de 1997. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira/AM, e dá outras providencias. Prefeitura do Município de São Gabriel da Cachoeira, 1997 a.

Rezende, Justino Sarmiento, entrevista de campo 2015.